

SERTÕES DO LESTE: A construção de uma região geográfica

SERTÕES DO LESTE: The construction of a geographic region

Ethel Guedes Vieites

Graduada em Geografia pela
UFF
ethelguedes@gmail.com

Renato Guedes Vieites

Mestre e doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia
UERJ
renatoguedesvieites@hotmail.com

Inês Aguiar de Freitas

Profª. Drª. do Programa de Pós-Graduação em Geografia
UERJ
freitasines@bol.com.br

RESUMO

Este artigo objetiva resgatar o processo de configuração territorial dos chamados “Sertões do Leste” no Brasil Colônia, recorte este de delimitação imprecisa, que compreendia essencialmente o vale do rio Paraíba do Sul, a Zona da Mata mineira e o vale do rio Doce. Buscaremos demonstrar como a abrangência do termo *sertão* ultrapassa a concepção relacionada aos domínios climato-botânicos do cerrado e da caatinga, sendo aqui empregado à área de ocorrência da Mata Atlântica. Voltaremos também à análise de como os interesses político-econômicos da Coroa portuguesa atuaram sobre aquele domínio natural, com vistas ao controle do acesso às vias de escoamento do ouro e dos diamantes das minas. Em sequência, buscaremos evidenciar o surgimento da região geográfica resultante dos processos anteriormente mencionados, bem como a incorporação dessa porção territorial à ordem econômica cafeeira. A região em foco, resultado de processos naturais e sociais recíprocos, permite uma abordagem interacionista, sendo, assim, passível de uma análise à luz da História Ambiental.

Palavras-chave: Sertão – Sertões do Leste – Sociedade e Natureza – Mineração – Cafeicultura – História Ambiental.

ABSTRACT

This article aims to present the process of territorial configuration of an area known as “Sertões do Leste” in Colonial Brazil. That area presents an imprecise delimitation that covered the Paraíba do Sul River Valley, the “Mata Mineira” Zone and the Doce River Valley. We intend to demonstrate that the scope of the term *sertão* transcends the definition related to natural domains such as cerrado and caatinga (applied here to the occurrence area of Mata Atlântica). We will also analyze the political and economical interests of the Portuguese kingdom in that area, in order to control the outflow of gold and diamonds from the mines. Afterwards, we intend to show the rising of a geographic region resulting from the former mentioned processes, as well as the inclusion of the referred area in the economical order of coffee production. The region in focus, as a result of natural and social reciprocal processes, allows an interactionist approach to it, and can thus be analyzed in the light of Environmental History.

Keywords: Sertão – Sertões do Leste – Society and Nature – Mining – Coffee production – Environmental History

Introdução

A denominação “Sertões do Leste” designa uma “região geográfica” de limites pouco precisos que, durante o Brasil Colônia englobava basicamente parte do vale do Paraíba do Sul, a Zona da Mata mineira e o vale do Rio Doce. Antes de configurar um verdadeiro “sertão”, do ponto de vista fitogeográfico, tal como hoje o concebemos, estes “Sertões do Leste” constituíam uma região mais imaginária do que fisicamente expressa na paisagem. Era uma ideia, uma “área de ação” (para as ações da Coroa, mas também para o cotidiano do Brasil Colônia), uma região com identidade talvez mais constituída de fora para dentro do que reconhecida internamente.

O presente estudo tem por objetivo a identificação da gênese e a compreensão da evolução do recorte territorial outrora conhecido como “Sertões do Leste”¹, bem como, sua gradual configuração no Brasil de sudeste contemporâneo, de um lugar “negligenciado” pela Coroa Portuguesa até sua condição de “região geográfica”. Partimos da concepção de que a referida área, em princípio detentora de uma uniformidade natural (domínio de Mata Atlântica), adquiriu ao longo de sua ocupação contornos sociais, políticos e produtivos particulares, que a individualizaram como unidade territorial do Brasil Colônia, apresentando, portanto, características de uma região geográfica.

A localização e a fisiografia dos mencionados “sertões” certamente não remetem a uma imagem habitual de sertão, tendo em vista que se situam em área próxima ao litoral e originalmente recoberta pela floresta latifoliada tropical úmida de encosta², a Mata

Atlântica. Além disso, a imagem recorrente de sertão vincula o termo às áreas mais distantes do litoral, situadas no interior dos continentes, pouco povoadas e geralmente caracterizadas por baixa pluviosidade e vegetação xerófitas³.

Esse conjunto fisiográfico, formado pelo vale do rio Paraíba do Sul, encaixado entre as serras do Mar e da Mantiqueira, caracterizava-se nos tempos da conquista do território, pela formação florestal contínua que se estendia até o vale do rio Doce. Toda essa extensão de terras se constituía, inequivocamente, como sertões para os conquistadores dos primeiros séculos. Tal denominação, decorrente de uma visão eurocêntrica, era outrora comumente empregada a vastas porções territoriais não antes desvendadas, percorridas, exploradas ou apropriadas pelo europeu.

Como justificativas acadêmicas motivadoras da formulação deste artigo, podemos evocar a importância de resgates e análises históricos do recorte espacial referente aos “Sertões do Leste” que, de uma área inicialmente à margem da ocupação durante os primeiros séculos da colônia, tornou-se a base física da atual região sudeste do Brasil. Uma outra fonte de inspiração sobre o corrente ensaio, é a questão da compreensão dos “sertões” à luz da história ambiental, ou seja, o interesse em estudar a região em tela do ponto de vista das ideias, do simbolismo e do imaginário.

Este artigo será dividido em cinco partes, que abordarão os principais aspectos da evolução ocorrida na área em questão. Na primeira parte, iremos analisar etimologicamente o termo “sertão” e discutir seu emprego ao recorte espacial aqui estudado. Por tratar-se de um termo de caráter eminentemente polissêmico, capaz de comportar uma extensa gama de significados, sua vasta abrangência lhe confere ampla aplicabilidade e elasticidade, bem como a capacidade de deslocamento no tempo e no espaço. Nesta primeira parte trataremos ainda da “ideia” de região de limites pouco precisos e, por vezes, imaginários.

Na segunda parte, procuraremos demonstrar a concepção dos Sertões do Leste como uma região natural, detentora de especificidades naturais que, de acordo com Aziz Ab’Sáber (2003), corresponde aos domínios morfoclimáticos e fitogeográficos dos “mares de morros” que caracterizam o bioma da Mata Atlântica, compondo o cenário da área de estudo.

A terceira parte do estudo abordará a configuração territorial dos Sertões do Leste na fase dos caminhos do ouro, ou seja, talvez já percebida aqui, como uma proto-região geográfica. Nessa etapa, verificaremos que a gradual ocupação daqueles sertões teve início com o surgimento das rotas de acesso ao interior e, conseqüentemente, dos pousos – estabelecimentos implantados ao longo do Caminho Novo – compostos por pequenos núcleos agrícolas e criatórios, que serviam ao abastecimento das tropas no percurso entre as minas e o litoral. Outra marca da ocupação foi o estabelecimento de postos de controle da produção aurífera das minas – os registros do ouro – ao longo das vias principais. Assim, os sertões detinham uma dupla função: a de guardar e, ao mesmo tempo, a de possibilitar o acesso controlado aos centros mineradores em meio à mata densa, realizando a comunicação das minas com a capital, Rio de Janeiro.

Na quarta parte do artigo, será estudada a consolidação da região geográfica, com o esgotamento da atividade mineradora e a implantação da atividade econômica que se tornou o símbolo do Brasil Império – a cafeicultura escravista – financiada pelos capitais oriundos da então decadente atividade mineradora. Dessa forma, o ciclo do café no Brasil adveio da associação de três fatores: o capital comercial acumulado no Rio de Janeiro, a mão-de-obra

escrava disponível pelo esgotamento das minas e a existência de vastas áreas florestadas nos arredores do Rio de Janeiro, ideais para a produção do café (Becker; Egler, 1994).

A quinta e última parte a ser abordada, trata da perspectiva da História Ambiental, que consiste na análise dos diferentes elementos naturais e sociais que participaram da transformação dos Sertões do Leste em uma autêntica região geográfica que deu origem ao Brasil de sudeste. Os obstáculos impostos pelo meio natural ao conquistador: a serra e a densa floresta, os contatos conflituosos com os indígenas, as motivações e mentalidades políticas e econômicas vigentes, elementos que se combinaram, interagiram e conferiram aos antigos Sertões do Leste uma identidade regional.

Considerações sobre o termo “sertão”

“Não está em mapa algum. Os lugares de verdade nunca estão”. (Melville, Moby Dick)

Na tentativa de encontrar uma definição para o termo “sertão”, logo em um primeiro momento, nos defrontamos com um ponto central para essa discussão: a constatação do caráter polissêmico do vocábulo. Segundo Amado (1995), alguns estudiosos reconhecem como latina a origem do termo sertão, o qual derivaria de “serere, sertanum (trançado, entrelaçado, embrulhado), desertum (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e desertanum (lugar desconhecido para onde foi o desertor)”. (Op.Cit., 1995, p.4). A autora acrescenta que, em Portugal do século XIV, tanto sertão como certão - formas advindas da palavra desertão - referiam-se às terras portuguesas distantes de Lisboa, tendo, a partir do século XV, passado também a designar áreas vastas, localizadas no interior dos territórios conquistados com a expansão marítima e, sobre os quais, quase nada se sabia.

Lima (1998) confirma que estudos etimológicos indicam que o termo sertão seria originário de desertão, de acordo com dicionários de língua portuguesa dos séculos XVIII e XIX. Além disso, o termo possuiria tanto um sentido espacial, relativo ao interior de uma província, quanto um sentido social, relacionado a um inexpressivo contingente populacional de uma dada extensão de terras.

Segundo Rodrigues (2003), em sua origem latina (*desertanum*) e, mais tarde, o termo *desertão* é encontrado em Portugal em referência às terras distantes do litoral, em ponto distante dentro do continente. Dessa forma, sertão, era comumente definido como terras secas, desabitadas, desconhecidas, que produziam no forasteiro impressões contraditórias: “por vezes lugar sombrio e incompreensível, habitado por feras e seres inimagináveis e onde se esperava encontrar riquezas incalculáveis.” (Op. Cit., 2003, p. 266).

Para Aurélio Buarque de Holanda (1988), sertão pode significar: “1. Região agreste, distante das povoações ou das terras cultivadas. 2. Terreno coberto de mato, longe do litoral. 3. Interior pouco povoado. 4. *Bras.* Zona pouco povoada do interior do país, em

especial do interior semi-árido, da parte norte-ocidental, mais seca que a caatinga, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura, e onde perduram tradições e costumes antigos.”

De acordo com Moraes (2002), embora a geografia tradicional faça da ideia de “sertão” uma imagem recorrente em suas obras, seu campo teórico encontra limites na formulação de uma conceituação para o termo. De acordo com o autor, a referência de sertão carece de materialidade, o que impossibilita um enfoque conceitual clássico da geografia, fundamentado no binômio empiria/teoria. Portanto, o “sertão” mostra-se como um fato da realidade, não sujeito a localizações ou a delimitações precisas, por tratar-se de uma realidade simbólica e imaterial que demanda um instrumental teórico-metodológico mais apropriado para a sua natureza abstrata.

O autor destaca ainda a “construção de imagem do sertão”, o “imaginário do sertão” como ponto inicial da análise. Essa imagem reúne elementos característicos que, entretanto, ocorrem em espaços diferenciados. E tampouco esse imaginário é neutro, isento, mas sim, evado de intencionalidade. Logo,

O recurso a esse imaginário para qualificar uma dada localidade já demonstra certa indução quanto ao uso futuro do espaço abordado, exatamente por mobilizar uma valoração que traz em si uma crítica a sua situação atual e/ou uma meta para sua transformação. (...) (MORAES, 2002, p. 362).

Desse entendimento, decorre a “argumentação no processo de hegemonização de políticas e práticas territoriais do Estado ou de segmentos da sociedade” (Moraes, 2002, p. 362).

O sertão também é identificado por seu contraditório, por suas diferenças em relação à realidade de outras localidades, ou seja, a partir de características que contrastam, que se contrapõem àquelas dos espaços integrados à órbita econômica hegemônica, à urbanização, às redes de comunicação e transporte, às instituições oficiais, enfim, aos espaços consolidados pela cultura e valores hegemônicos.

Em síntese, “sertão” designa uma realidade abstrata, uma construção mental, coletiva, dentro de um dado contexto social, carregada de intencionalidade e, portanto, de permanência territorial instável, ou seja, capaz de expansões e retrações de acordo com a dinâmica social vigente sobre o espaço (Moraes, 2002).

O termo sertão associado aos Sertões do Leste refere-se, de imediato, ao domínio climato-botânico da floresta tropical que ocorre nas Serras do Mar e da Mantiqueira, áreas relativamente próximas ao litoral. Ao mesmo tempo, também carrega a concepção que o associa às áreas inóspitas, inexploradas e/ou subexploradas economicamente, não permeadas pelo conhecimento eurocêntrico e, portanto, passíveis de intervenções colonizatórias. Ou seja, um conjunto de ideias.

O contorno territorial dos Sertões do Leste começou a se delinear logo nos primeiros séculos da colônia, em paralelo ao processo de configuração do território brasileiro. Uma vez que a natureza dos sertões impunha limites à conquista, constituíam-se

os mesmos em um contraponto às áreas nas quais se consolidava a ocupação, como em trechos do litoral e em alguns pontos no interior.

Sertões do Leste: Definindo uma região natural

A tarefa de localizar e delimitar as áreas correspondentes aos Sertões do Leste remete o pesquisador a um recorte territorial bastante impreciso, que começou a ser delineado no período colonial do país, ao longo dos séculos XVI e XVII. Fontes históricas variadas situam-no espacialmente entre as antigas capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, compreendendo uma vasta área florestada. Antigos relatos de exploradores sobre esses sertões indicam que os mesmos abrangiam acidentes geográficos importantes, como a Serra dos Órgãos, na região serrana fluminense, o vale do rio Paraíba do Sul, entre os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais e a Serra da Mantiqueira, presente nos estados de Minas de Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo, como podemos ver na figura 1.

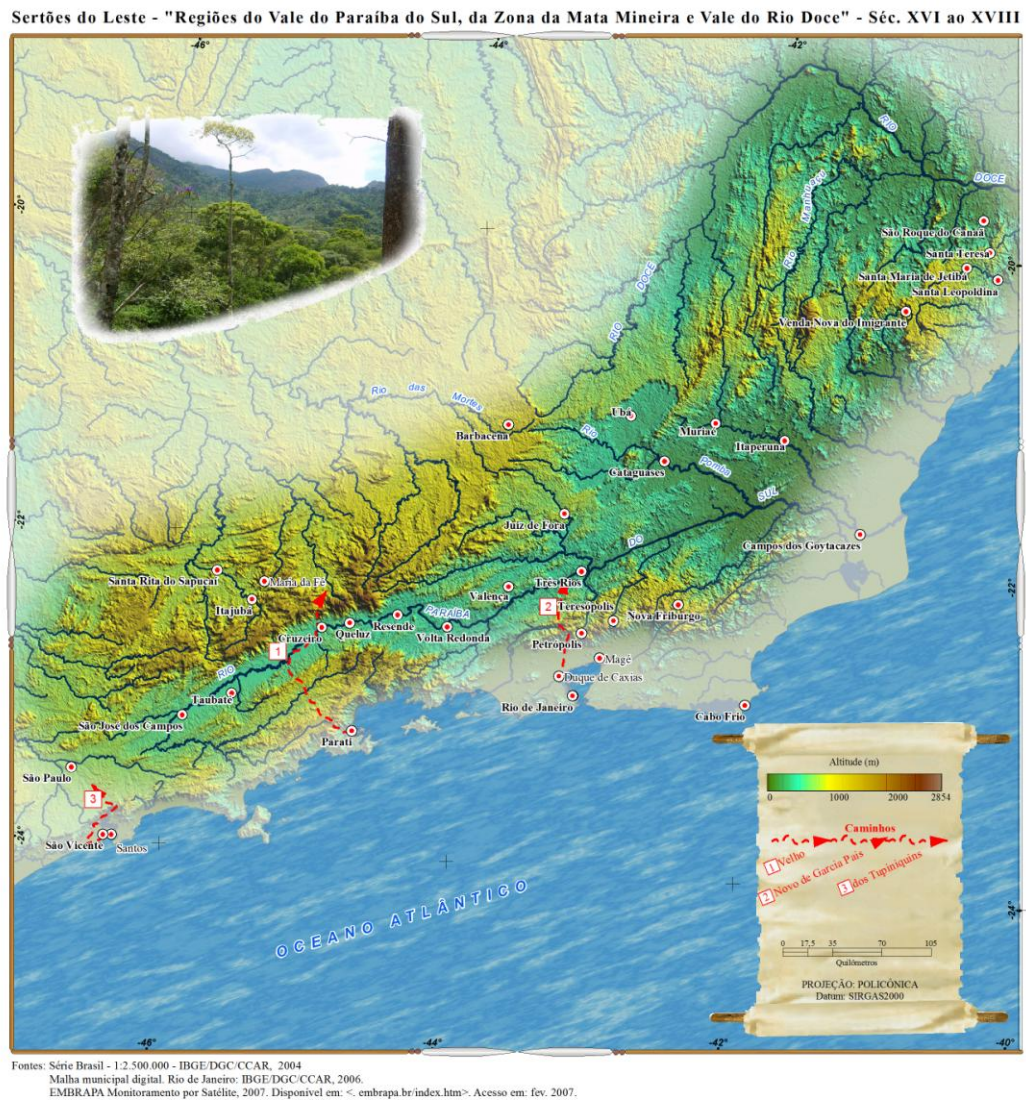


Figura 1 – Os Sertões do Leste.

De acordo com Lamego (1963), o rio Piabanha, que corta a Serra dos Órgãos em sentido sul-norte, atravessando as cidades de Petrópolis, no alto da Serra dos Órgãos e de Três Rios, no vale do Paraíba do Sul, é apontado como o limite oeste desses sertões. Estes seguiam em sentido leste, acompanhando o rio Paraíba do Sul até sua foz em Campos dos Goytacazes. O autor faz tais afirmações com base na “Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro” de 1767, elaborada pelo sargento-mor Manuel Vieira Leão, da qual Lamego depreende que:

(...) em toda a extensa região oriental, desde o Piabanha, até a deflexão do Paraíba para o mar, pode-se apenas ler esta simples frase a sobressair de uma ininterrupta uniformidade florestal: 'Certão ocupado por índios brabos' (Op. Cit., 1963, p. 216).

Considerando tais informações, podemos inferir de forma muito vaga que os Sertões do Leste correspondiam, a partir do território fluminense, no sentido sul-norte à Serra do Mar e ao vale do Paraíba do Sul. Em território mineiro, corresponderia, à Serra da Mantiqueira e à Zona da Mata. Mercadante (1973) indica que os sertões aqui em estudo abarcariam a Mantiqueira e prolongar-se-iam rumo ao Espírito Santo, em uma só mancha florestal.

De acordo com a teoria dos Domínios de Natureza proposta por Aziz Ab'Sáber (2003), a porção sudeste do território brasileiro integra os "Domínios de Mares de Morros Florestados do Brasil Tropical Atlântico", cujos elementos climáticos, florísticos e topográficos, ecologicamente integrados, produzem paisagens caracterizadas pela ocorrência da Mata Atlântica associada a variadas feições de relevo, como morros costeiros, paredões escarpados, formações do tipo "meia-laranja" e planaltos interiores.

A fisiografia desse domínio caracteriza-se por formas de relevo resultantes dos processos de intemperismo próprios das áreas tropicais úmidas. Tais processos, ao atuarem sobre terrenos cristalinos, formados por granitos e gnaisses, produzem as meias-laranjas – morros de formas convexas arredondadas – que, em seu conjunto, formam a província de mar de morros (Guerra, 1997).

Ab'Sáber destaca ainda que especialmente no Brasil de Sudeste - sul de Minas, nordeste de São Paulo e oeste do Espírito Santo - os processos ecológicos formadores dos "mares de morros" atuam de modo mais intenso, conferindo à bacia do rio Paraíba do Sul, a qualidade de "área *core*" do domínio, ou seja, aquela que apresenta a tipicidade máxima dos elementos e processos responsáveis pela formação desse Domínio de Natureza (Ab'Sáber, 2003).

A partir do exposto, consideramos que a área *core* do Domínio de Mar de Morros, definida por Ab'Sáber, apresenta uma certa correspondência espacial com o recorte territorial dos Sertões do Leste, o que possibilita a análise do mesmo como uma Região Natural.

Uma proto-região geográfica: Os caminhos do ouro e os Sertões do Leste.

As incursões dos colonos ao interior do território eram motivadas pela perspectiva da descoberta de riquezas minerais - especialmente ouro, além de prata e gemas preciosas - objetivo maior do governo metropolitano.

Os aventureiros percorreram acessos naturais, que geralmente já vinham, há muitos séculos, sendo utilizados pelos povos indígenas locais. Tais caminhos desviavam de obstáculos como terrenos acidentados, trechos de cobertura vegetal mais densa e, muitas vezes, áreas sabidamente povoadas por tribos hostis aos invasores.

As incursões pela Serra do Mar - que, em território fluminense se situa para além do recôncavo da Guanabara - eram pouco animadoras para os colonos já estabelecidos, pois consistiam em empreitadas muito arriscadas e com remotas perspectivas de retorno econômico. Além disso, os colonos contavam com as atividades de cultivo da cana-de-açúcar e com a pecuária que, na maior parte das terras do entorno da baía, eram viáveis.

Segundo Mercadante (1973), em 1531, ocorreu a primeira incursão de que se tem registro, aos Sertões do Leste, tendo como ponto de partida, o Rio de Janeiro.

Da baía de Guanabara teria saído, em abril de 1531, a primeira expedição a tocar a Mata das Minas Gerais. Pandiá Calógeras tentou reconstituir-lhe o roteiro, e Derby admitiu a possibilidade da entrada. Eram quatro portugueses a explorar o sertão da costa do Rio de Janeiro. Conta-nos Pero Lopes de Sousa, em seu Diário, que eles, durante sessenta dias, andaram cento e quinze léguas pela terra, sessenta e cinco delas por montanhas e cinquenta por um campo muito grande. Basílio de Magalhães duvidava que apenas quatro homens pudessem aventurar-se a tão profundo embrenhamento. Impossível, porém, nunca seria que, transposta a serra dos Órgãos, houvessem os desbravadores vadeado o Paraíba, pisando terra mineira (MERCADANTE, 1973, p. 7).

No Espírito Santo, de acordo com Strauch (1958), as condições naturais e o desinteresse da Metrópole se constituíram como fatores que restringiam a ação de expedições originárias da costa espírito-santense aos Sertões do Leste. A densa floresta existente nos contrafortes da Mantiqueira, que abrigava os temidos índios aimorés, dificultava sobremaneira a tentativa de interiorização por parte do colono capixaba.

(...) a insalubridade existente, particularmente nas zonas lacustres ou pantanosas, a hostilidade dos índios e a própria mata formavam um conjunto de obstáculos que, por muito tempo, constituíram fatores desfavoráveis às tentativas de povoamento (STRAUCH, 1958, p.104).

Segundo o citado autor, o rio Doce não auxiliou no processo de penetração ao interior dos sertões, pelo contrário, ele impôs empecilhos à transposição de seus baixo e médio cursos. É importante salientar que vários fatores concorreram para o atraso da colonização da área. A condição de insalubridade da região, influenciada pelo rio Doce e pela imensa floresta, somava-se à carência de contingente populacional para a efetiva ocupação daquelas terras.

De acordo com Oliveira (1975), o povoamento para além da “linha divisória do país do gentio” (Morro Mestre Álvaro, município de Serra - Região Metropolitana de Vitória), se fez por iniciativas de jesuítas e aventureiros que, por diferentes razões, embrenharam-se por aqueles sertões, especialmente durante o século XVII. Segundo Strauch (1958, p. 103): “A primeira exploração do vale a partir do litoral, data de 1573. Foi levada a efeito por Sebastião Tourinho, que alcançou o estado de Minas Gerais, subindo o rio Doce até a foz do Suaçuí”.

De diferentes pontos do litoral, várias expedições foram realizadas ao interior, visando desbravar os sertões brasileiros. Aquelas que partiam do litoral paulista de São Vicente e, posteriormente, do planalto de São Paulo de Piratininga, destinavam-se prioritariamente à captura de indígenas, devido à necessidade premente de obtenção de lucro imediato, como era o caso da comercialização do escravo indígena. A procura de jazidas minerais constituía-se em objetivo secundário para aqueles colonos, tendo em vista a incerteza da existência de tais recursos e os esforços despendidos em expedições exploratórias.

Os colonos paulistas seguiram antigas trilhas indígenas e encontraram jazidas nos territórios correspondentes aos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Um dos caminhos para o interior seguia o vale do rio Paraíba do Sul chegando à região das minas. De acordo com Ab'Saber; Bernardes (1958), tal caminho originava-se em Cunha, percorrendo Guaratinguetá, para logo depois, alcançar a travessia da Mantiqueira para o Sul de Minas Gerais, pela Garganta do Embaú, perfazendo a antiga Trilha dos Guianás. Depois de confirmada a existência do ouro e estabelecida a sua extração em terras mineiras, tal trajeto vem a ser denominado como Caminho do Ouro, constituindo-se na Estrada Real. Mais tarde, esta via seria conhecida como Caminho Velho.

Uma vez oficializado o Caminho do Ouro pela Coroa, o trajeto partia da Guanabara até Parati, de onde seguia até os núcleos mineradores. Consolidada a produtividade da região aurífera, houve a intensificação de afluxo de pessoas vindas de todas as partes, da abertura de caminhos alternativos e da criação de roças e paragens. A grande convergência de pessoas e a necessidade de um melhor controle da tributação da produção aurífera tornaram inviável a manutenção do Caminho Velho como percurso oficial do litoral às minas.

Dessa maneira, foi preciso criar uma nova rota para aquela função e tal medida se materializou, por volta de 1700, com o aproveitamento de uma outra antiga trilha indígena que ligava o território das minas à Guanabara, atravessando a Serra dos Órgãos e encurtando em muito as distâncias. Este trajeto passou a ser chamado de Caminho Novo (Mercadante, 1973).

De acordo com Valverde (1958), o Caminho Novo ou Caminho Novo de Garcia Pais, foi elevado à condição de Estrada Real, a nova rota oficial do ouro. Nas palavras do autor:

Abriu-se assim a primeira via de circulação através da Zona da Mata. Nenhuma outra estrada, até centenas de quilômetros para leste e para oeste, atravessava aquele mar de verdura denso e sombrio, mais difícil de transpor do que as nossas serras mais altas. O Caminho Novo era uma artéria estreita, porém única numa longa extensão, e vital para o organismo da colônia. (VALVERDE, 1958, p. 26).

É interessante observar que, ao longo dos Setecentos, os sertões do Paraíba do Sul e do rio Doce continuavam praticamente indepassados. Toda esta área tornou-se “proibida” por decreto régio, devido à criação de registros por todo o Caminho Novo. Esta medida objetivava impedir o surgimento de rotas clandestinas que, ao se desviarem dos registros,

evadiam-se do pagamento do tributo – o quinto. Assim, a Coroa Portuguesa atuou no sentido de retardar, durante todo o século XVIII, a ocupação dos Sertões do Leste (Lamego, 1963).

A utilização do Caminho Novo constituiu-se em uma medida geoestratégica que levou a uma mudança decisiva no eixo de circulação do ouro, colocando termo às disputas pela hegemonia político-econômica das minas. Nessa fase, a influência do Rio de Janeiro sobre a colônia crescia, enquanto que o papel de São Paulo na área mineradora ficava reduzido. Houve assim, o deslocamento da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. Nos dizeres de Ab'Saber; Bernardes (1958): “Apesar de ter cabido ao núcleo paulistano a função de povoador inicial da porção mineira do sudeste brasileiro, muito breve uma captura econômica e administrativa seria exercida pelo Rio de Janeiro.” (Op. Cit., 1958, p. 37).

Observa-se que durante todo o período da mineração, o território correspondente aos Sertões do Leste foi evitado e, de maneira não intencional, preservado, visto que as rotas de acesso ao interior contornavam a mancha florestal, como foi o caso do Caminho Velho. Mesmo com a implementação do Caminho Novo, que atravessava o território, este se manteve preservado em consequência dos decretos régios, que proibiam o trânsito e a fixação de pessoas naquelas terras, evitando assim, rotas alternativas para o desvio do ouro.

Em síntese, verifica-se que a atividade mineradora gerou nos Sertões do Leste, uma proto-região geográfica, esparsamente ocupada. Uma prova disso é a serra fluminense que, somente na segunda metade do século XVIII, passou a ser ocupada devido às doações de sesmarias a fidalgos. Nesse caso, porém, a ocupação ocorreu de forma pontual e inexpressiva (Lamego, 1963), não vindo a constituir nenhuma importante rota de interiorização do território brasileiro, mantendo a porção fluminense da serra do Mar, pouco explorada.

A consolidação de uma região geográfica: Do esgotamento das minas à produção cafeeira.

Quando o ouro já se encontrava escasso e de difícil extração, a população dos povoados mineradores voltou-se à exploração agrícola da terra. Nesse período, ocorreram os grandes desmatamentos, as derrubadas maciças de floresta para formação de fazendas produtoras de cereais, criação de animais, engenhos de açúcar etc. Era imperioso encontrar um produto de alto valor no mercado internacional que lastreasse a economia da colônia. Nas palavras de Lamego, “esse fator providencialmente surge com o café, no exato período histórico em que as explorações auríferas se esgotaram” (Op. Cit., 1963, p. 8).

O período do esgotamento das minas caracterizou-se por um contexto socioeconômico de crise, um período compreendido entre a decadência da mineração no Brasil Central e o surgimento da cafeicultura no sudeste brasileiro. Com o declínio produtivo das minas de ouro e diamantes, a partir da segunda metade do século XVIII, houve um redirecionamento de recursos para a agricultura, especialmente para aquela

desenvolvida no norte e nordeste do país. Entretanto, o sudeste já contava com a estrutura político-administrativa colonial herdada do ciclo minerador e, portanto, esta porção do território mostrava-se apta a desenvolver uma nova atividade catalisadora das forças econômicas. Para isso, contava com os capitais empregados na mineração na forma de escravos e reses disponíveis para a realização de tal empreendimento (Silva, 1970). No início do século XIX, como observa Lamego, “(...) o homem era ainda um pioneiro em luta com a floresta. O café ali chegara, e, tal a riqueza da terra que, segundo Mawe, em dois anos frutificava.” (Lamego, 1963, p. 220).

Iniciando as plantações nos maciços costeiros do Recôncavo da Guanabara, o café rapidamente ganhou o Vale do Paraíba, um graben tectônico entre as Serras do Mar e da Mantiqueira, verdadeiro corredor de passagem entre o Rio de Janeiro e São Paulo, percorrido há muito pelas tropas de muares que abasteciam as minas (BECKER; EGLER, 1994, p. 107).

As principais rotas de avanço da atividade cafeeira podem ser periodizadas e espacializadas nas áreas dos Sertões do Leste e, assim, podem ser verificadas as suas repercussões no plano socioeconômico brasileiro. No final do século XVIII, na cidade do Rio de Janeiro e em seus arredores, dava-se início, o plantio do café, “na região de ‘serra abaixo’ entre a Serra do Mar e o oceano” (Tipos e aspectos do Brasil, p. 292, 1975).

Após extrapolar o seu núcleo pioneiro, a produção cafeeira não tardou em se converter em uma expressiva lavoura comercial, na medida em que avançava pelo vale do Paraíba, lugar no qual se deparou com condições ecológicas e econômicas que maximizaram sua produção. Nesse meio, a cafeicultura encontrou as condições naturais mais apropriadas ao seu desenvolvimento em terras fluminenses.

Comentando sobre essa exitosa adaptação, Lamego (1963) alude que “Resende é o foco originário do grande ciclo do café no vale do Paraíba e nos planaltos do sul, preliminarmente experimentado nas montanhas e colinas do Rio de Janeiro e da Baixada” (Op. Cit., 1963, p. 100).

Os cafezais transformaram a paisagem fluminense. De acordo com Oliveira Viana, os antigos pousos de tropeiros e arraiais sem muita importância (na era da mineração), ganharam dinamismo e se desenvolveram como são os casos de Resende, Barra Mansa, Paraíba do Sul, entre outros. (Diegues Júnior, 1960).

Todo o Sudeste do Brasil é parte dessa região do café; porque em todo ele, embora se tenham verificado transformações, o traço do café, seu jeito, sua marca, tudo dele, como que se grudou e ficou na terra e também no homem (Op. Cit., 1960, p.391).

Da extensa mancha florestal, emergiam inúmeros núcleos agrários, criando um cenário em progressiva transformação: “Cabanas, casinhas, terreiros batidos evoluem para a ‘casa grande’, para os sobrados aristocráticos, para os grandes terreiros cimentados” (LAMEGO, 1963, p.7).

A opulenta economia do café transforma tudo à sua volta. A produção cafeeira trouxe novas estradas, vendas e pousos, bem como, paróquias e capelas. Fomentou a construção de pontes sobre rios, estradas de ferro, que facilitaram as comunicações, dinamizou o comércio, causando um aumento populacional na região, além de criar novos núcleos urbanos (Lamego, 1963).

A trajetória da cafeicultura seguiu de Resende em sentido norte e nordeste, estabelecendo-se no Sul de Minas e avançando sobre a Zona da Mata mineira até o sul das terras capixabas. Em sentido oeste espalhou-se pelo estado de São Paulo. Atividade tipicamente rural, a cafeicultura teve na fazenda e no trabalho escravo, respectivamente, sua unidade de produção e sua força de trabalho, deixando suas marcas pelos espaços por onde passou.

Entre fins do século XVIII e início do século XIX, levadas de migrantes deixaram as minas atraídas pela promissora economia cafeeira em terras fluminenses. Na segunda metade do século XIX, já se direcionavam para os férteis solos da Mata mineira, com vistas a dar continuidade à atividade que esgotara os solos da província do Rio de Janeiro (Diegues, 1960).

Do vale do Paraíba fluminense, a produção de café se estendeu até o vale do rio Doce ainda no início do século XIX, estruturada na antiga base colonial do latifúndio e na mão de obra servil. Na metade do referido século, começaram a chegar os imigrantes europeus e, com isso, teve início a implantação do trabalho livre, com o incentivo do governo imperial.

Simultaneamente aos eventos citados, a lavoura cafeeira que se irradiava por terras paulistas, em pouco tempo, transbordou do vale do Paraíba paulista para o Oeste Paulista, seguindo de Campinas para Ribeirão Preto. Em meados do século XIX, na província de São Paulo, o café atingiu um nível de produtividade jamais visto, ao mesmo tempo em que ocupava dimensões de área bem superiores às das demais regiões produtoras. (Diegues Júnior, 1960; Sobrinho, 1978).

Essa produtividade foi impulsionada pela força de trabalho imigrante, estimulada pelos programas oficiais de imigração que fomentaram o ingresso no país de levadas de imigrantes europeus. Estes foram dirigidos para as fazendas cafeicultoras de São Paulo, de Minas Gerais e do Espírito Santo. Esse ingresso de trabalhadores estrangeiros iniciou-se antes mesmo da abolição da escravidão, tendo em vista que, suspenso o tráfico de escravos africanos em 1850, a oferta de mão de obra em fins daquele século encontrava-se em franco declínio (Diegues Júnior, 1960; Sobrinho, 1978; Valverde, 1958).

Um dos elementos que a economia cafeeira aproveitou do ciclo minerador foi, sem dúvida, a rede de pousos e povoados que, durante a cafeicultura, evoluíram para a condição de vilas e cidades. Essas possuíam as funções administrativas, cartoriais e de interposto comercial para os negócios da economia do café. Serviam assim, como pontos essenciais para o escoamento da produção. A ferrovia foi implantada nesses núcleos urbanos com vistas a dinamizar o transporte da produção até os portos.

Pode-se constatar, dessa maneira, que o café é responsável pela configuração de uma rede de cidades desenvolvidas a partir de antigos pousos, que floresceram no auge de sua economia e refluíram juntamente com o declínio de sua atividade. O urbano servia ao rural no contexto da economia do café nas áreas dos antigos Sertões do Leste.

Com o café, assiste-se à consolidação dos sertões do leste como uma “região geográfica”. Os sertões deixaram de ser uma “proto-região geográfica”, uma área de passagem e fixação proibida pela Coroa, para finalmente serem incorporados à economia nacional como área de produção agrícola. A província de São Paulo assumiu a posição de vanguarda no cenário econômico nacional, a partir de uma cafeicultura estruturada na força de trabalho imigrante e nas novas bases de organização produtiva, impostas pelo sistema de trabalho assalariado. Essa combinação de elementos fez com que São Paulo acumulasse recursos que, mais tarde, seriam empregados no processo de industrialização brasileira.

Sertões do Leste e História Ambiental: uma análise das interações socioambientais.

O povoamento do território brasileiro ocorreu, principalmente, a partir de 1530, na faixa litorânea, com a criação das Capitanias Hereditárias. Estas se estendiam a oeste até os limites com as colônias espanholas, estabelecidos pelo meridiano de Tordesilhas (1494). Algumas capitanias obtiveram êxito, especialmente em certos pontos da costa que, por suas características geográficas, mostraram-se mais favoráveis à expansão colonial, como foi o caso das capitanias de Pernambuco, da Bahia e a do Rio de Janeiro (Prado Júnior, 1999).

Podemos constatar que as interações dos colonos, fixados em diferentes pontos da costa sudeste com a natureza do planalto atlântico foram bastante diferenciadas. Com isso, torna-se importante compreender que cada núcleo da colônia se deparou com condições naturais e sociais singulares, que resultaram em relações variadas, geradoras de diferentes formas de organização da sociedade e de arranjos produtivos (Lamego, 1963).

As porções litorâneas do território brasileiro tiveram, desde o início da colonização, seu ecossistema progressivamente impactado por uma ocupação de caráter eminentemente exploratório. À extração do pau-brasil, seguiram-se os plantios da cana-de-açúcar e do café. Este último, interiorizado, foi posteriormente sucedido pela pecuária em grande escala. Todas essas atividades eram complementadas por cultivos variados e criações de subsistência, que em maior ou menor intensidade, ocasionaram a sistemática derrubada das matas. No entanto, estudos recentes demonstram que tais ideias podem não corresponder à realidade da verdadeira força das transformações ambientais ocorridas na área, para os plantios da cana-de-açúcar e do café⁴.

No caso do recorte em estudo, os Sertões do Leste, observa-se que o ambiente florestal impôs limites ao ritmo da conquista empreendida pelos colonizadores portugueses. O adensamento da mata nessa área permitiu uma sobrevida aos povos indígenas, que do litoral se afastaram em busca de refúgio, fazendo desses sertões um de seus últimos redutos antes do devassamento da região, a partir do ciclo do ouro até o apogeu do café.

A análise dos Sertões do Leste como uma região geográfica encontra subsídios no instrumental teórico-metodológico da História Ambiental, para uma melhor apreensão do tema⁵. Este ramo da história, devido ao seu caráter interdisciplinar, recorre a diversas fontes, como, inclusive, à Geografia Tradicional de base lablacheana, precursora do conceito de Região Geográfica.

Essa abordagem busca a compreensão de uma dada realidade espacial, a partir da identificação dos seus elementos constituintes - naturais e humanos - e as relações que estes

estabelecem entre si, ao longo de sua experiência histórica. Tais processos acabam por gerar arranjos espaciais detentores de traços comuns, de identidades que os diferenciam de outras áreas, produzindo, desta forma, regiões geográficas.

Como anteriormente mencionado, os Sertões do Leste compunham uma porção territorial inicialmente negligenciada pelo interesse metropolitano, uma vez que as atividades econômicas desenvolvidas na faixa litorânea colonial eram rentáveis. À exceção das lucrativas incursões de captura do indígena para a posterior mercantilização como escravo, as expedições ao ambiente florestal com vistas à exploração mineral demandavam o emprego de grandes esforços e recursos sem, entretanto, oferecerem garantias de êxito. No entanto, algumas investidas de transposição dos sertões foram bem sucedidas, dando início ao ciclo minerador.

Como já exposto, as primeiras notícias sobre os achados auríferos transformaram radicalmente a visão sobre a área em questão, tanto por parte da metrópole quanto por parte da colônia. Os sertões, antes evitados e apartados da ordem colonial, passaram a ser rigorosamente controlados pela Coroa portuguesa por sua importância locacional, separando a capital da colônia (Rio de Janeiro) e o núcleo minerador (Minas Gerais). Nesse contexto, uma vez que a grande mancha florestada era atravessada pelo caminho oficial de escoamento do ouro - Caminho Novo - seu devassamento foi proibido por decreto real para impedir os descaminhos do metal e a sonegação do quinto. Tal medida interditou as vias clandestinas de circulação, vetando, assim, a fixação e o trânsito de pessoas naquele espaço. Tais atividades acabaram levando a Coroa, ao que poderíamos chamar de uma “ecologia compulsória”. Ou seja, uma proteção ao meio ambiente que ocorreu como resultado de outras intenções (políticas e econômico-protetionistas).

Entretanto, em meados dos Setecentos, as minas já demonstravam sinais de esgotamento, fato que motivou um incipiente processo de evasão de mineradores para os Sertões do Leste, a despeito da ainda vigente proibição régia. É por esse período que personagens lendários e históricos como Mão de Luva e Tiradentes entraram em cena. Lamego (1963) relata a aventura de Manuel Henriques, também conhecido por Mão de Luva que, à frente de um bando de homens migrou para o sul, percorrendo os sertões proibidos. Atravessaram o rio Paraíba do Sul e, em terras fluminenses, onde se situa o município de Cantagalo encontraram o metal precioso. Lá se fixaram e praticaram o garimpo do ouro de forma clandestina.

Por essa época, os limites entre as capitanias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais ainda não haviam sido demarcados, o que gerou certo impasse entre as autoridades das minas e do Rio de Janeiro, quando da notícia sobre as lavras de Mão de Luva. Não se sabia sob qual jurisdição a infração se circunscrevia e, portanto, de quem seria a competência para combatê-la.

Fazia-se necessário, com vistas à delimitação das capitanias, o levantamento de informações sobre “a configuração cosmográfica e geográfica desses mesmos sertões.” (LAMEGO 1963, p. 218). Para a execução da tarefa, o governador da capitania mineira destacou uma diligência, liderada pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Com base nas informações coletadas, expedições militares posteriores, localizaram assentamentos nos sertões proibidos.

As correntes migratórias oriundas dos centros mineradores para os Sertões do Leste se intensificaram, à medida que a produtividade das lavras decaía. A gradual ocupação

daquelas terras disponíveis se configurava com o surgimento da propriedade rural dedicada à produção de grãos, cereais e à criação de animais para subsistência. Nesse mesmo período, já começava a ser experimentado o plantio do café nas terras da Guanabara e entorno. Produto este, que viria a ser o novo pilar econômico colonial, pois se tratava de um gênero altamente valorizado internacionalmente (Lamego, 1963).

Esse novo cenário social e econômico, que conjugava os fatores - minas exauridas; mão de obra disponível da população livre e escrava; recursos acumulados pela mineração; vastas terras florestadas, propícias para ocupação e exploração agrícola; surgimento da nova *commodity*, o café - resgatou na colônia, a economia agrária, implantando um novo *gênero de vida*⁶. A cafeicultura coincidiu com a transição do período colonial ao Brasil Império, atingindo seu auge na fase republicana.

Em toda a sua área de abrangência, as primeiras fazendas constituídas reproduziam a estrutura organizada no Rio de Janeiro, ou seja, “o latifúndio patriarcal, aristocrata e escravocrata” (VALVERDE, 1958, p. 27). O autor descreve a fazenda cafeeira como um “habitat nucleado”, composto pela casa grande, erguida ao centro da propriedade tendo, em suas cercanias, as demais edificações voltadas à estrutura produtiva: habitações dos serviços, senzala, galpões de maquinaria, silos para armazenamento dos grãos. Esse conjunto situava-se nos fundos dos vales, com vistas à facilidade de captação de água. Por outro lado, os pés de café subiam as encostas forçando o recuo da floresta, com mudas enfileiradas, que não acompanhavam as curvas de nível.

A atividade cafeicultura marcou indelevelmente os espaços ocupados por essa produção, delineando, nos Sertões do Leste, um recorte territorial que reuniu elementos de duas civilizações distintas: a agrária conservadora do litoral e a liberal mineradora do interior. Estas, quando combinadas no ambiente natural dos sertões, desenvolveram em sua relação com o meio físico traços culturais que caracterizam esses espaços (Mercadante, 1973).

Enfim, a fazenda de café gerou um importante legado cultural que, do ponto de vista material, foi representado pela rede de cidades, pela infraestrutura de transportes, e pelo acúmulo de capitais que, mais tarde, seria empregado na industrialização do país. A cultura imaterial, por sua vez, foi elaborada a partir das combinações, ainda que conflituosa, de elementos étnicos, com suas diferentes tradições, traços linguísticos, crenças, hábitos alimentares que caracterizam o Brasil de sudeste ainda na atualidade (Diegues Júnior, 1960; Sobrinho, 1978).

Considerações Finais

O artigo em pauta não pretende ser um estudo conclusivo sobre os “sertões do leste” e as ideias que o cercam. Visa, antes de tudo, promover/despertar o interesse dos alunos de graduação para o tema. Entretanto, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre o mesmo. Do amplo quadro de informações aqui fornecidas destacam-se alguns aspectos relevantes referentes aos antigos Sertões do Leste, apontados a seguir.

A imagem de sertão aqui apresentada se dissocia daquela comumente aceita sobre o sertão brasileiro, ou seja, das caatingas e dos cerrados. Entretanto, conserva as definições clássicas do termo como espaço desconhecido, despovoado, distante da civilização ou ainda, dotado de natureza exuberante, de riquezas e perigos reais e imaginários.

A delimitação da área dos Sertões do Leste, como foi discutida na segunda parte deste artigo, seguiu a concepção teórico-metodológica utilizada por Lamego, segundo a qual, a demarcação da área estudada é imprecisa, abarcando as matas do vale do rio Paraíba do Sul, das serras do Mar, da Mantiqueira e do vale do rio Doce. Na área abrangida por estes sertões, foram identificados, ao longo do tempo, três aspectos que atribuíram um caráter unificador a esse espaço, em três diferentes fases de apropriação do território colonial:

- Em um primeiro momento, poderia ser observada uma uniformidade natural nesse recorte, produzindo uma Região Natural, identificada por Ab'Sáber como “área *core*” do Domínio de Mar de Morros. Esta caracteriza a fisiografia do Brasil de Sudeste, abrangendo o sul de Minas, o nordeste de São Paulo e o oeste do Espírito Santo. Em face do exposto, depreende-se que o recorte espacial proposto por Ab'Sáber se justapõe àquele indicado por Lamego para os Sertões do Leste.

- Em momento posterior, constata-se uma uniformidade institucional, quando os sertões tornam-se o espaço que separa a produção aurífera do planalto da administração colonial litorânea. Nessa fase, conforme apresentado na terceira parte deste artigo, os Sertões do Leste adquirem uma identidade jurídico-política, como uma “proto-região geográfica”. É instituída a proibição daquele recorte territorial, acarretando em uma preservação compulsória do ambiente florestado, tendo em vista o controle do espaço, cujo objetivo era o de assegurar o funcionamento da dinâmica econômica externa àqueles sertões.

- E por fim, quando da atividade cafeeira, os sertões tornam-se o próprio *locus* da produção e não mais mera rota de acesso ao centro dinâmico da economia vigente, adquirindo uma uniformidade econômico-produtiva. Nesse período, consolida-se a Região Geográfica, quando os sertões, eles mesmos viram o recurso, com a plena ocupação do espaço antes dominado pela floresta. É também nessa última fase que se observa o surgimento de uma uniformidade cultural, originária da fazenda de café que, ao combinar as três vertentes culturais, configurou os traços fundamentais do Brasil de sudeste.

Este trabalho procurou demonstrar a relação dos Sertões do Leste com a evolução do sudeste brasileiro. Acompanhamos a história de apropriação de um espaço inicialmente negligenciado e apartado da ordem colonial que, por mudanças da conjuntura político-econômica, acabou por adquirir novo *status* – o de uma verdadeira região geográfica.

Referências Bibliográficas

AB' SABER, A. N. Domínio dos mares de morros no Brasil. **Geomorfologia**, n.2, p. 1-9, 1966.

_____. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. Cotia: Ateliê Editorial, 2003. 159 p. (Natureza: textos de apoio, 1)

AB' SABER, A. N.; BERNARDES, N. **Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e arredores de São Paulo**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958. 303 p. Guia de excursão n. 4, realizada na ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia.

AMADO, J. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/169.pdf>. Acesso em: jun. 2009.

ANDRADE-LIMA, D. **A vegetação**: atlas nacional do Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1966. 11p.

BECKER, B.; EGLER, C. **Brasil** - uma nova potência regional na economia mundo. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1994.

DIEGUES JÚNIOR, M. **Regiões Culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC-INPE (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais), série IV, vol. 2. 1960. 136 p.

DRUMMOND, J. A. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.4, n. 8, 1991.

GUERRA, A. T.; GUERRA A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997. 652 p.

HOLANDA, A. B. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. 1ª edição. 4ª impressão. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1988.

LAMEGO, A. R. **O homem e a serra**. 2ª edição. Rio de Janeiro. IBGE, 1963.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: IUPERJ, UCAM: Revan, 1998, 222 p.

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do leste** – estudo de uma região: a Mata mineira. Rio de Janeiro. Zahar, 1973.

MORAES, A. C. R. **Geografia** - Pequena História Crítica. São Paulo: Hucitec, 1999. 138 p.

MORAES, A. C. R. O sertão: um “outro” geográfico. **Cadernos de Literatura Brasileira**, São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 13-14, p. 360-368, dez. 2002. Euclides da Cunha. Edição especial de centenário de “Os Sertões”.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. 390 p.

_____. **História Econômica do Brasil**. 43. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. 364 p.

RODRIGUES, A. F. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003.

REGIÕES do vale do Paraíba, da Zona da Mata mineira e do vale do rio Doce. In: ATLAS das Representações Literárias de Regiões Brasileiras. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. v. 2.

SHELLARD, A. H. A. **Caminho Velho das Minas Gerais**: Uma análise das transformações sócio-ambientais da fronteira de colonização do século XVIII. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013. 105 f.

SOBRINHO, A. M. **A civilização do café (1820 - 1920)**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978. 190 p.

TIPOS e aspectos do Brasil: excertos da Revista Brasileira de Geografia. Ilustração de Perci Lau e Barbosa Leite. 10. ed. Rio de Janeiro; IBGE, 1975. 506 p.

VALVERDE, O. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, ano 20, n. 1, p. 3-82, jan./mar. 1958.

VIEITES, E. G. **Sertões do Leste**: A construção de uma região geográfica. In: ENCONTRO ACADÊMICO CIENTÍFICO OS SERTÕES: ESPAÇO, TEMPO E MOVIMENTOS. In: Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão da UFPE, VI. Recife: UFPE, 2006. CD-ROM.

¹ Também denominados Matos Proibidos, Sertões Proibidos da Mantiqueira, Sertões proibidos do Leste de Minas, Sertões do rio Doce. Quanto à delimitação dos Sertões do Leste, há divergências entre os estudiosos sobre o tema. Alguns consideram que esse topônimo refere-se apenas à Zona da Mata mineira, outros, que essa denominação abarcaria a Zona da Mata mineira e os sertões do rio Doce num *continuum* florestal.

Alberto Lamego indica que a os Sertões do Leste abrangiam os sertões do rio Paraíba do Sul, da Mantiqueira e do rio Doce. A opção deste estudo segue a concepção de Lamego.

² De acordo com Andrade-Lima (1966), trata-se de uma floresta sempre verde, cujos componentes em geral possuem folhas largas, que é vegetação de lugares onde há bastante umidade o ano todo, e, finalmente, que é vizinha da costa ou acompanha a costa.

³ É uma vegetação com espécies que apresentam características relacionadas a adaptações a deficiência hídrica, com as seguintes características: Caducifolia, herbáceas anuais, suculência, acúleo e espinhos, predominância de arbustos e árvores de pequeno porte, cobertura descontínua de copas (Op. Cit, 1966).

⁴ Tais estudos, baseados na descrição de antigos viajantes naturalistas, dão conta de que a natureza transformada para tais plantios, já havia sofrido alterações por populações indígenas locais, por exemplo (Shellard, 2013).

⁵ Para uma completa análise desta região, sob todos os pontos de vista da História Ambiental, ver Shellard (2013).

⁶ É o conjunto de técnicas e costumes - originados do relacionamento antigo e constante com a natureza -, construído e passado socialmente e que exprime uma situação de equilíbrio entre população e recursos (Moraes, 1999).

Artigo recebido para publicação em nov/13

Artigo aceito para publicação em junho/14.